

Contributos para a História da Tipografia em Coimbra: o Contrato de impressão de João Álvares com o Mosteiro de Santa Cruz (1565)

Contributions to the History of Typography in Coimbra: João Álvares' printing contract with the Monastery of Santa Cruz (1565)

DANIELA FERNANDES SANTOS

Centro de Estudos Históricos, FCSH/NOVA

daniela-f-santos@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-9202-8986>

PEDRO PINTO

Centro de Estudos Históricos, FCSH/NOVA; CHAM-Centro de Humanidades

pedropinto@fcsch.unl.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3467-8173>

RESUMO

O presente artigo visa o estudo de um contrato de impressão datado de 1565, celebrado entre o impressor da Universidade de Coimbra, João Álvares, e o Mosteiro de Santa Cruz. Este documento, que integra o acervo do Arquivo da Universidade de Coimbra, pertence a uma tipologia documental escassa para o século XVI português. Os contratos de impressão guardam informação essencial, não só relativamente à produção de um livro, como também sobre o papel dos agentes envolvidos na concretização e no comércio do objeto impresso, adquirindo desta forma uma importância singular para a História do Livro Impresso.

Este contrato de impressão refere-se à produção de um *breviário novo*, confiada pelo Mosteiro de Santa Cruz ao impressor da Universidade de Coimbra – João Álvares. Neste artigo, propõe-se a contextualização desta

escritura na carreira de João Álvares, seguida de uma análise aos termos do documento, publicado em anexo. Apresenta-se, ainda, uma abordagem ao estudo de outra obra impressa em Coimbra mencionada neste contrato, com o objetivo de demonstrar de que forma a documentação manuscrita pode fornecer dados fundamentais, nomeadamente sobre a circulação de livros, que não encontram reflexo nas suas folhas impressas.

PALAVRAS-CHAVE: Contrato de impressão; História do livro impresso; João Álvares; Mosteiro de Santa Cruz; Universidade de Coimbra.

ABSTRACT

The present article aims to examine a printing contract dated 1565, signed between João Álvares, the printer of the University of Coimbra, and the Monastery of Santa Cruz. This document, preserved in the Archive of the University of Coimbra, represents a rare exemplar of its kind, with few surviving instances from the 16th-century period in Portugal. Printing contracts contain pivotal information, not only about the production of a book, but also about the role of the agents involved in the creation and trade of printed objects, thus acquiring unique importance for Book History.

The printing contract in question pertains to the production of a new breviary, which was commissioned by the Monastery of Santa Cruz and entrusted to the printer of the University of Coimbra, João Álvares. The present article provides a contextual framework for the contract within the broader career trajectory of João Álvares, followed by a meticulous examination of the document's terms, which is appended. Furthermore, it presents an approach to the study of another book printed in Coimbra, as mentioned in this contract, with the aim of demonstrating how manuscripts can offer essential insights into the circulation of books that are not captured within their printed content.

KEYWORDS: Book History; João Álvares; Monastery of Santa Cruz; Printing Contract; University of Coimbra.

1. João Álvares, *Impressor da Universidade e Impressor do Rei*

A história da tipografia em Coimbra conhece um dos seus períodos mais significativos com a associação entre João Álvares e João de Barreira, tipógrafos responsáveis pela fundação da oficina impressora da Universidade. Esta iniciativa teve lugar após o termo do período migratório desta instituição e a sua fixação

definitiva em Coimbra. O contexto afigurava-se favorável à proliferação de oficinas tipográficas pelo reino português, graças à continuidade das políticas incentivadoras da imprensa levadas a cabo por D. Manuel I, através de privilégios e mercês concedidos a tipógrafos e mercadores de livros durante o seu reinado.

Em Coimbra, a política promotora da tipografia continuada por D. João III – e concretizada, nomeadamente, através da oferta de instrumentos tipográficos – conduziu à criação de oficinas impressoras não apenas na Universidade, mas também no Mosteiro de Santa Cruz. A tipografia do Mosteiro operou entre 1530 e 1563, e na sua inauguração contou com a participação do célebre tipógrafo Germão Galharde, impressor da Casa Real (Meirinhos, 2001, p. 320). Após um período inicial de maior atividade, tudo indica que se seguiu uma fase de desequilíbrio, considerando que a grande maioria dos livros conhecidos dos prelos de Santa Cruz foram impressos durante a década de 1530. No entanto, esta tipografia manteve-se em funções até à ordem de transferência para o Mosteiro de São Vicente de Fora, em Lisboa, dada por D. Sebastião em 1577 (Meirinhos, 2001, p. 326).

No contexto deste panorama tipográfico em Coimbra, em 1542, com a formalização da parceria entre João Álvares e João de Barreira, e asseguradas as condições logísticas e materiais necessárias, proporcionou-se então o momento de inaugurar a tipografia da Universidade. O modelo de organização adotado em Coimbra enquadrava-se na dinâmica reconhecida noutras cidades europeias desde finais do século XV (Fonseca, 2001, p. 15). Vinculados por um contrato, hoje infelizmente desconhecido, os impressores estavam incumbidos de assegurar a produção de livros impressos para a Universidade conforme a procura. Todavia, não estariam exclusivamente vinculados a esta oficina, podendo manter atividades tipográficas paralelas em simultâneo (Fonseca, 2001, pp. 13-19).

A dupla de impressores produziu algumas edições em Lisboa, numa oficina situada na rua do Arco de São Mamede¹, conforme é mencionado na portada de alguns livros cuja impressão poderia ser assinada por um ou por outro, ou até pelos dois em conjunto, tal como em Coimbra. Não é certo, no entanto, se seriam donos de uma oficina em Lisboa ou se utilizariam a tipografia de outro impressor conforme fosse mais conveniente (Pedro, 2018, p. 29).

O empreendimento tipográfico na Universidade apresentava-se como uma atividade particularmente vantajosa para os impressores, na medida em que lhes

¹ A localização de uma oficina na rua do Arco de São Mamede é conhecida através da informação contida na portada de livros impressos por João Álvares e João de Barreira, em particular ou em parceria, que indicam esta rua como local de impressão do livro. Como tem sido evidenciado (Pedro, 2018, p. 29), no arrolamento de Gomes de Brito não consta esta localização ou sequer menção à oficina utilizada por estes tipógrafos em Lisboa (Brito, 1911).

assegurava uma fonte estável e segura de rendimentos, dispensando a necessidade de negociar frequentemente preços e prazos com diversos clientes. Presume-se que esta tenha sido a principal ocupação do seu tempo, atendendo à significativa procura de livros por parte de estudantes e docentes universitários. Na sua tese de doutoramento, realizada na Universidade do Porto, Celeste Pedro estima que a produção de João Álvares e João de Barreira em Lisboa corresponda a aproximadamente 20% do total da sua produção impressa conhecida, sendo os restantes 80% atribuídos às suas atividades em Coimbra (Pedro, 2018, p. 29).

É neste âmbito que João Álvares surge identificado num contrato de impressão datado de 1565, celebrado com o Mosteiro de Santa Cruz, cujas cláusulas serão objeto de análise adiante. Relativamente ao percurso de João Álvares, este tem sido, habitualmente, associado à sua parceria com João de Barreira. É sabido que João Álvares utilizou o título de *Tipógrafo Régio*², e que foi responsável por impressões de leis avulsas e de regimentos³. Contudo, apesar de uma próspera carreira alinhada com os desígnios de instrumentalização da imprensa como meio de difusão normativa, e desenvolvida num período coincidente com a consolidação do sistema de privilégios de impressão em Portugal, não se encontraram, até ao momento, alvarás de privilégio atribuídos a João Álvares. Recordar-se que o privilégio de impressão consistia, essencialmente, num monopólio da impressão e venda de um livro protegido pelo dito privilégio, durante um prazo específico e de acordo com condições definidas por um alvará régio⁴.

Algumas das edições impressas por João Álvares incluem nas portadas a menção a privilégios. Porém, na ausência dos respetivos alvarás, não é possível determinar com certeza se tais privilégios foram concedidos em seu nome ou em nome de terceiros. O mesmo acontece com algumas das edições produzidas em parceria com João de Barreira.

João de Barreira, que se intitulava não só como *Impressor do Rei*, mas também como *Impressor da Universidade*, obteve vários privilégios no âmbito das suas produções particulares. Em 1567, por exemplo, obteve um privilégio do regente D. Henrique que garantia a exclusividade de impressão dos livros compostos pelos padres do Colégio das Artes e Humanidades, durante oito

² A título de exemplo, veja-se a portada de Cardoso, J. (1562). *Dictionarium ex lusitanico in latinum sermonem*. João Álvares (Biblioteca Nacional de Portugal, RES. 276 V).

³ Por exemplo, de 1539, *Ordenaçam pera os estudantes da vniversidade de Coimbra sobre os criados, bestas, & trajos, & outras cousas*. João Álvares (Biblioteca Nacional de Portugal, RES. 90 //5 A) e, de 1557, *Ley que nos morgados & bees vinculados soceda o parente mais chegado ao vltimo possuydor quando o instituydor o nam declarou doutra maneyra*. João Álvares (Biblioteca Nacional de Portugal, RES. 3309//7 V).

⁴ Sobre o tema dos privilégios de impressão, a título de exemplo, veja-se os estudos de Elizabeth Armstrong (1990) e Jorge Peixoto (1966).

anos, justificando-se este privilégio pelo elevado custo da impressão destes livros⁵. Em contrapartida, o contrato de impressão que aqui se publica foi celebrado entre João Álvares e o Mosteiro de Santa Cruz, o qual, à data do contrato, já não dispunha de oficina tipográfica em funcionamento.

As razões que terão levado João de Barreira a requerer, em seu nome, um privilégio de impressão para livros compostos pelos padres do Colégio das Artes e Humanidades, enquanto João Álvares celebrou um contrato particular com o Mosteiro de Santa Cruz, poderão ser diversas. Nada impedia, inclusivamente, que, apesar de ambos terem adquirido estes contratos a título individual, os impressores colaborassem posteriormente na produção destas obras. Estes exemplos corroboram as hipóteses avançadas nos estudos acerca dos fundamentos da parceria entre os dois impressores, evidenciando o funcionamento do seu negócio na Universidade, sustentado em bases contratuais, com autonomia suficiente para que ambos pudessem aproveitar, a título particular, diversas oportunidades comerciais, envolvendo outras instituições em Coimbra.

Tal como evidenciam os estudos biográficos sobre os tipógrafos fundadores da oficina da Universidade, e em consonância com as dinâmicas familiares imiscuídas nos negócios (Fonseca, 2019), João Álvares faleceu em torno de 1587 e foi sucedido por António de Barreira, filho de João de Barreira. Pouco tempo depois, em 1590, faleceu João de Barreira, e foi sucedido pelo célebre impressor António de Mariz, que por sua vez casou com a filha de João Álvares (Pedro, 2018, p. 33).

2. O contrato de João Álvares com o Mosteiro de Santa Cruz em 1565

No final do ano de 1565⁶, no dia 29 de dezembro, na Casa do Conselho do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, onde o secular encontrava o religioso, João Álvares assinou um contrato de impressão com o Prior Geral, D. Manuel de Brito, eleito a 27 de abril de 1564 (Madahil, 1945, p. 47). O contrato foi feito por Simão Figueiredo, escrivão do Mosteiro, e assinado pelas habituais testemunhas para cada uma das partes: o físico do mosteiro, Simão Dias, e o filho do impressor, o licenciado Cristóvão João.

⁵ Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1567). *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique. Privilégios*, Livro 5, f. 67v. Documento parcialmente transcrito por Venâncio Deslandes (1888, p. 34).

⁶ No documento, a data de 29 de dezembro é identificada como sendo o princípio do ano de 1566. Sobre as diferentes datas definidas para o início do ano, que variavam entre 25 de dezembro, 1 de janeiro e 25 de março, veja-se a obra de João Pedro Ribeiro (1857).

A concertação do contrato é iniciada pela identificação da obra impressa que o Prior do Mosteiro procurava obter: um breviário novo, cujo *transunto*, ou a cópia manuscrita, estaria na posse do prior. Não são identificados mais detalhes quanto ao título e restantes informações a conter na portada deste breviário, o que dificulta a pesquisa de exemplares sobreviventes. Em catálogos como *Iberian Books* e na obra de António Joaquim Anselmo⁷ não se oferece notícia de um breviário impresso por João Álvares com as características incluídas no contrato em questão. Uma pesquisa pelos acervos digitais de algumas bibliotecas que guardam impressões de João Álvares e João de Barreira é igualmente infrutífera⁸. Uma hipótese para responder à aparente inexistência de exemplares desta obra impressa pode residir no facto de se tratar de um breviário. Estes livros de orações, utilizados para a prática do Ofício Divino, foram objeto de várias revisões e alterações ao longo da segunda metade do século XVI, resultantes do Concílio de Trento e da alteração do calendário juliano para o calendário gregoriano em 1582⁹ (Dias, 2020, p. 73), o que poderá pressupor a eliminação de edições consideradas obsoletas.

De seguida, são elencados os requisitos a cumprir por João Álvares durante a impressão deste *breviário novo*. Estas cláusulas incidem, principalmente, na ordem e no ritmo da impressão do breviário, como seria costume¹⁰, em associação com os respetivos pagamentos ao impressor. Por fim, são mencionados os aspetos técnicos da obra, incluindo as ornamentações.

Encomendaram-se 500 exemplares do *breviário novo*, em *in-oitavo*, cada um com o mesmo número de páginas que continha um breviário anterior, impresso em 1555. O início da impressão destes livros foi destinado para o início de março de 1566, e o ritmo da impressão seguiria o mínimo de meia folha por dia, idealmente uma folha inteira, todos os dias, até ser terminada.

e sera obryguado a ter coReytor que emmende ha primeira prova e a segunda e terceira trara ao moesteiro pera que hũ padre a veja

⁷ Refere-se à *Bibliografia* de António J. Anselmo (1977).

⁸ Refere-se, principalmente, aos catálogos digitais da Biblioteca Nacional de Portugal – <https://bndigital.bnportugal.gov.pt/> – e da Biblioteca da Universidade de Coimbra – <https://am.uc.pt/>.

⁹ Um dos principais resultados da adoção do calendário gregoriano foi a supressão de 10 dias do calendário, colocada em prática em outubro de 1582. Esta alteração, seguindo a bula *Inter Gravissimas*, do Papa Gregório XIII, teve impacto nas datas das celebrações litúrgicas e, por sua vez, nos calendários dos breviários já impressos.

¹⁰ Sobre os trâmites habituais dos contratos de impressão, veja-se, a título de exemplo, os estudos de Ana Maria Bandeira (1995) e de José Jorge Gonçalves (2016).

*emmende tanto por necesydade e a folha que asy ffor emmendada / [f. 80v] pera se aver de empremyr sera asynada pelo padre que ha de ser o coReytor do dito bryvyayro e pela que asy for asynada Respomdera com todas as outras ffolhas sob pena de lhe nom serem Reçebydas e fazer outras de novo ha sua propria custa*¹¹

Quanto às provas da impressão, ou seja, a inspeção dos primeiros cadernos impressos para verificar a conformidade com os requisitos estipulados neste contrato, a impressão do breviário seria vista uma primeira vez por um corretor da parte de João Álvares, que procederia à primeira emenda. Seguir-se-iam a segunda e terceira provas, realizadas pelo padre corretor do Mosteiro e registadas com a sua assinatura. Esta emenda funcionava como uma matriz pela qual João Álvares deveria compor as folhas correspondentes das restantes cópias do breviário. Incumprindo esta cláusula, o impressor estaria obrigado a reimprimir as folhas à sua custa.

Os primeiros cadernos a sair do prelo constituíam o saltério de cada um dos exemplares. Após a entrega destes cadernos ao Mosteiro, João Álvares poderia prosseguir com a impressão do restante breviário. Para isto, em primeiro lugar, seria necessário apresentar um caderno “de preto e vermelho” ao Padre Geral, para verificação da qualidade do suporte de papel e tintas. Caso fosse necessário corrigir a qualidade de algum destes elementos, determinava o contrato que após a entrega das folhas ao Padre Geral do Mosteiro, uma primeira correção teria que ser solicitada a João Álvares dentro de duas horas, e uma segunda correção teria que ser solicitada já dentro de apenas uma hora, de modo a não comprometer o ritmo da impressão.

Garantir a quantidade e qualidade do papel e das tintas era, também, da responsabilidade do impressor.

E o dito padre gerall se obryguou de lhe fazer dar e pagar pelas Remdas do dito moesteiro por estes bryuyayros que ham de ser quynhemtos a tres reaaes por cada caderno o qual caderno ha de ser de oyto folhas ho paguamento lhe fara na maneira seguynte loguo ao fazer deste contrato lhe deu e mandou dar em começo de

¹¹ Arquivo da Universidade de Coimbra [Coimbra]. (1565, dezembro, 29). *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, Depósito III, Secção 1ª D, Estante 10, Tabela 2, N.º 14, fls. 79v-81v (publicado em anexo). Os critérios de transcrição são os da Universidade Nova de Lisboa (Dias et al., 1987).

paguo pera aparelho da *empressam* oyto mjll reaaes que elle yoham
alvarez loguo hy Reçebeo perante mym esprüam e testemunhas¹²

Por parte do Mosteiro foi estipulado, conforme a prática habitual, o pagamento ao impressor. No momento da celebração do contrato, João Álvares receberia oito mil reais “pera o aparelho da *empressam*”, ou seja, para os custos iniciais de produção, que estariam ao encargo do impressor. A obtenção de papel, tintas e gravuras cabia ao impressor, conforme estipulado no contrato. Por exemplo, a primeira folha de cada breviário deveria incluir uma vinheta decorativa com a estampa de uma cruz, *conforme o debuxo*, isto é, conforme um desenho que seria entregue ao impressor, cabendo a este último a obtenção de uma gravura correspondente.

Além do pagamento inicial para os custos do material de impressão, os cadernos seriam pagos no valor de três reais cada um, no momento em que o impressor apresentasse ao Mosteiro as cópias impressas dos Livros de Salmos para cada um dos 500 breviários, e o restante conforme fosse sendo apresentada a impressão total dos breviários.

Infelizmente, uma vez que não conhecemos exemplares impressos deste breviário, não é possível comparar o produto final aos requisitos estabelecidos neste contrato, de forma a confirmar o cumprimento das cláusulas do contrato. O valor total que João Álvares teria recebido com esta impressão depende da contagem dos cadernos que foram incluídos no breviário finalizado. Mesmo aceitando a semelhança que o breviário em estudo teria de ter em relação ao breviário de 1555, ainda assim não será suficiente para assumir que os dois contavam exatamente com o mesmo número de cadernos.

Considerando o ritmo de impressão estabelecido no contrato, poder-se-á concluir que a impressão deste breviário novo demorou no mínimo alguns meses a terminar. É então possível que, tal como nós, o Prior do Mosteiro não tenha conhecido a impressão completa do breviário que solicitou neste contrato de impressão, uma vez que D. Manuel de Brito faleceu no dia 24 de maio de 1566 (Madahil, 1945, p. 47).

Apesar de não ser conhecido o produto final, ainda assim, a análise deste contrato permite-nos conhecer melhor os trâmites que faziam parte dos acordos que dirigiam o negócio dos impressores no século XVI, particularmente sobre as escrituras celebradas entre tipógrafos e instituições religiosas, tendo em vista a impressão de livros litúrgicos.

¹² Arquivo da Universidade de Coimbra [Coimbra]. (1565, dezembro, 29). *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, Depósito III, Secção 1ª D, Estante 10, Tabela 2, N.º 14, fls. 79v-81v (publicado em anexo).

3. Um breviário *novo* e um breviário *antigo*: novas questões sobre o Breviário de 1555 suscitadas pelo contrato de impressão de João Álvares

Este contrato de impressão constitui um testemunho documental relevante para o estudo da História do Livro Impresso, refletindo as dinâmicas materiais e institucionais da atividade tipográfica na época. Além de fornecer elementos essenciais para a compreensão das dinâmicas do mercado tipográfico quinhentista – nomeadamente no que respeita às diferentes fases do processo editorial e ao papel desempenhado pelos impressores –, estes contratos podem também oferecer indícios informativos, por vezes inesperados, sobre as obras neles mencionadas. Retomemos, assim, a análise da primeira cláusula do contrato:

das paginas ha de ser conforme Ao breuyayro que mandou emprimir o bispo que ora he desta cydade pera seu bispado no ano de mjl e quinhentos E çinquoenta e çinquo anos que tem no princípyo ho tytullo que diz conymbrice apud antonium a santillana, o qual se empremyo em lugduni per theobaldo pagrano¹³

Desta forma são inauguradas as condições do contrato de João Álvares, com o estabelecimento do número de páginas no novo breviário. Em vez de se fixar um número específico, determina-se que a obra encomendada deverá conter o mesmo número de páginas que um breviário anterior, impresso em 1555, em Lyon, por ordem do bispo de Coimbra, D. João Soares. A referência a este breviário antigo desperta a curiosidade de um leitor atento: somos informados de um exemplar cuja portada contém “*Conymbrice apud Antonium a Santillana*”, mas que foi impresso em Lyon pelo tipógrafo “Theobaldo Pagrano”.

Joaquim A. Anselmo refere a existência do *Breviarium romanum, antiquum nouum complectens* (Anselmo, 1977, p. 307), com base numa notícia retirada do *Diccionario* de Inocêncio (Silva, 1883, p. 356), indicando a Biblioteca da Universidade de Coimbra como local de conservação do único exemplar impresso em Portugal por António de Santillana.

¹³ Arquivo da Universidade de Coimbra [Coimbra]. (1565, dezembro, 29). *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, Depósito III, Secção 1ª D, Estante 10, Tabela 2, N.º 14, fls. 79v-81v (publicado em anexo).

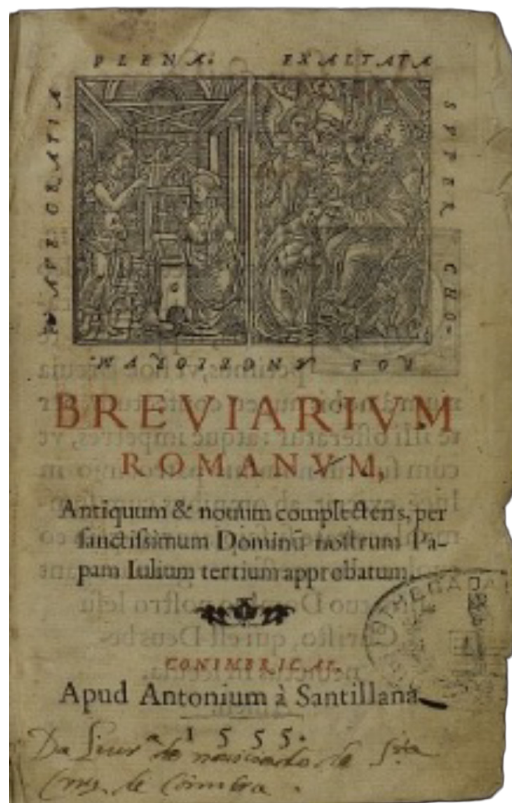


Figura 1 – (1555). *Breviarium romanum*... Antonio de Santillana (?), Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, R – 3 – 13.

Através das descrições presentes nos *Apontamentos* de Martins de Carvalho (1868), Inocêncio reforça a hipótese de António de Santillana ter sido convidado por Frei D. João Soares à cidade de Coimbra para imprimir apenas este breviário em 1555. O célebre bibliógrafo expõe, também, algumas suspeitas quanto à pertença deste breviário ao esforço de D. João Soares para editar e mandar imprimir algumas obras, nomeadamente as cartas de S. Francisco Xavier, segundo várias notícias repetidas por outros bibliógrafos (Silva, 1883, p. 356).

É amplamente reconhecido o interesse particular que o Bispo de Coimbra dedicou à utilização da imprensa, recorrendo ao trabalho de João Álvares e João de Barreira para várias das edições que promoveu durante o seu episcopado, bem como a vigilância exercida através da promoção da censura (Rodrigues, 1980). Quanto a este assunto, recordamos o papel que D. João Soares teve na ação do Conselho Geral da Inquisição desde 1539, assim como o apelo

que fez a D. Henrique para a presença da Inquisição na cidade de Coimbra, e a famosa impressão que ordenou do *Index* em 1559 (Paiva, 2007, p. 719).

No entanto, contrariamente às hipóteses colocadas por Inocêncio, sabemos que António de Santillana já se encontrava em Coimbra pelo menos desde 1543, de acordo com um pleito datado deste ano, no qual o nome de Santillana foi inscrito junto com o de outros livreiros que contraíram dívidas a Juan Pedro Musete, mercador de livros de Medina del Campo (Torres Pérez, 2007, p. 84).

A edição deste breviário de 1555 inclui algumas inovações, como um novo equilíbrio entre as horas, garantindo a recitação completa dos Salmos durante a semana (Seiça, 2017, p. 251), o que poderá contribuir para a hipótese de que António de Santillana, de quem mais nenhuma outra obra impressa é conhecida¹⁴, não imprimiu, mas *editou* este breviário. A palavra “editar”, no contexto do comércio livreiro de meados do século XVI, deverá ser interpretada no sentido de custear, compor, ou organizar o livro para ser posteriormente levado a impressão (Pedraza Gracia, 2015, p. 213; Pedraza Gracia, 2019, p. 4)¹⁵.

Não bastassem estas dúvidas quanto à produção do único impresso conhecido em nome de António de Santillana, o contrato de João Álvares informa-nos ainda de que este mesmo breviário foi impresso em Lyon por “Theobaldo Pagrano”, ou seja, Thibaud Payen. Este tipógrafo leonês, ao longo de uma carreira que se supõe ter decorrido entre 1529 e 1570, foi responsável pela impressão de vários livros religiosos, em seu nome ou em parceria com outros impressores (Baudrier, 1912, p. 168).

Payen desenvolveu o seu negócio no mercado bastante produtivo da cidade de Lyon, um dos principais pólos do comércio de livros impressos do século XVI, participando numa tendência visível entre os impressores desta cidade em meados do século: custear as suas próprias impressões e vender os livros diretamente da oficina (Simões, 2019, p. 9; cf. Chartier & Martin, 1982, p. 262).

Nos últimos anos da sua carreira, Thibaud Payen vendeu a sua máquina tipográfica, dedicando-se a tempo inteiro à atividade de livreiro, para a qual certamente dispunha de ampla experiência (Perrier, 2015, p. 12).

¹⁴ Na mesma década de 1550 surgem, em Burgos, alguns livros impressos por *Pedro de Santillana*. Cf. *Iberian Books*: 7476, 7482, 10344, 16730, 18790.

¹⁵ A propósito do papel de um editor de livros no século XVI, Pedraza Gracia apresentou considerações importantes sobre as tarefas de correção e revisão desempenhadas por estes profissionais, bem como sobre as relações entre impressores e editores (Pedraza Gracia, 2019).

Em síntese, o contrato de impressão de 1565 entre João Álvares e o Mosteiro de Santa Cruz poderá indicar que a única impressão conhecida de António de Santillana em Coimbra terá sido, afinal, feita em Lyon por Thibaud Payen. É de notar que o nome do impressor leonês não surge de todo no exemplar conservado na Biblioteca da Universidade de Coimbra.

Não caberá neste artigo uma análise exaustiva do material tipográfico utilizado na composição do breviário de 1555, e posterior comparação com as composições dos diversos profissionais aparentemente envolvidos na sua criação, de modo a definir, por fim, o seu local de impressão. Para compreender o contexto da sua produção, sugerem-se apenas algumas hipóteses, nomeadamente a possibilidade de constituir uma “impressão emprestada” de Lyon, cuja portada poderia ter sido impressa em Coimbra por António de Santillana; ou de se tratar de um breviário editado por António de Santillana, com impressão encomendada a Thibaud Payen.

Enfim, como acontece não raras vezes, são as novas interrogações suscitadas pelos dados do próprio objeto impresso que darão lugar a novos olhares, e novos estudos, sobre a sua génese. Este breve relato sobre a impressão do breviário de 1555 visa destacar o valor da informação contida num contrato de impressão que, embora não sendo diretamente sobre este breviário, pode revelar aspetos significativos não só sobre a sua origem, como também sobre a circulação de livros e as relações entre profissionais envolvidos na produção de impressos do século XVI.

Conclusão

O ponto de partida do presente artigo foi o contrato de impressão celebrado entre João Álvares e o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. A intenção inicial – a publicação da transcrição de um documento manuscrito relativamente raro para o século XVI português, acompanhada de um estudo introdutório – evoluiu rapidamente para novas reflexões e linhas de análise adicionais, proporcionadas pela riqueza informativa deste documento.

A História do Livro tem sido, em grande medida, construída a partir dos exemplares de livros impressos que chegaram até nós, preservados nas bibliotecas ou referidos nas narrativas legadas pelos bibliógrafos de épocas anteriores. Estes objetos, frutos da *nobre arte* que se difundiu pelos centros culturais europeus nas últimas décadas do século XV, contêm nas suas páginas informação valiosa sobre o seu percurso e o contexto cultural, social, político e jurídico em que se inserem. Todavia, há dados que o próprio livro

impresso não revela, os quais têm sido encontrados na documentação manuscrita de fundos até agora pouco explorados, em especial no que respeita aos profissionais envolvidos na produção e comercialização destas obras.

A análise deste contrato de impressão permite evidenciar de que forma o estudo destas fontes pode contribuir para responder a questões cruciais relacionadas com a produção de livros e o contexto comercial que deu origem a estes acordos com impressores, ao mesmo tempo que suscita novas interrogações.

Por fim, este pequeno contributo reforça a conclusão incontornável da relevância particular que as instituições da cidade de Coimbra, bem como os seus agentes, assumiram no século do desenvolvimento da imprensa em Portugal.

Anexo¹⁶

1565, dezembro, 29, Coimbra – *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra contratualiza com João Álvares, impressor, a impressão de um breviário novo, segundo as instruções fornecidas por D. Manuel, prior do dito mosteiro.*

Arquivo da Universidade de Coimbra [Coimbra]. (1565, dezembro, 29). Depósito III, Secção 1ª D, Estante 10, Tabela 2, N.º 14, f. 79v-81v.

contrato que fez o conuento com yoham aluarez empremydor

Saybam quantos este estromento de contrato e obrygaçam vyrem como no ano do nascimento de nosso senhor Jesu christo de mjll e quinhentos E sesenta e seis annos Aos vynte e nove dyas do mes de dezembro prinçipyo do dito ano nesta çidade de coymbra dentro no moesteiro de santa cruz na casa do conselho delle estando hy presente o muito Reuerendo padre dom manuel prior do dito moesteiro e gerall de toda sua congreguaçam / [f. 80] e bem asy estando hy yoham aluarez ympressor e morador em esta çidade loguo o dito padre gerall perante mym esprivam ppublico e testemunhas deste ao diante nomeadas se conçertou com o dito Joham aluarez na maneira seguynte .ss.

obrygou se ho dito Joam aluarez a empremyr A elle padre gerall o breuyayro nouo que ora tem de sua ordem conforme Ao transvmtto que lhe daram esprito de pena e a letra de que ha de fazer o dito breuyayro e a grandura delle .ss.

¹⁶ Os critérios de transcrição são os da Universidade Nova de Lisboa (Dias et al., 1987).

das paginas ha de ser conforme Ao breuyayro que mandou emprimir o bispô que ora he desta cydade pera seu bispado no ano de mjjl e quinhentos E çinquoenta e çinquo anos que tem no prinçipyo ho tytullo que diz conymbrice apud antonium a santillana , o qual se empremyo em lugduni per theobaldo pagrano ,.

e ha de fazer quinhentos bryuyayros os quaes todos entreguara ao dito conuento de santa cruz bons e de Reçeber e esta obra sera obrigado comecar de fazer no prinçipyo de março primeiro que vem no presente ano E o continuara em modo que nom abra delle mão mas cada dia ffara hũa folha ou mea quanto maes poder e nam menos nam ficando por sua culpa e ysto ate dar acabado ho dito bryuyayro , e sera obryguado a ter coReytor que emmende ha primeira prova e a segunda e terceira trara ao moesteiro pera que hũ padre a veJa emmende tanto por necesydade e a folha que asy ffor emmendada / [f. 80v] pera se aver de empremyr sera asynada pelo padre que ha de ser o coReytor do dito bryvyayro e pela que asy for asynada Respomdera com todas as outras ffolhas sob pena de lhe nom serem Reçebydas e fazer outras de novo ha sua propria custa ,

E o dito padre gerall se obryguou de lhe fazer dar e pagar pelas Remdas do dito moesteiro por estes bryuyayros que ham de ser quynhentos a tres reaaes por cada caderno o qual caderno ha de ser de oyto folhas ho paguamento lhe fara na maneira seguynte

loguo ao fazer deste contrato lhe deu e mandou dar em começo de paguo pera aparelho da impressam oyto mjjl reaaes que elle yoham aluarez loguo hy Reçebio perante mym espriuam e testemunhas

E o maes lhe pagara como fizer a obra .ss.

depoys de acabar d empremyr o salteyro deste bryuyayro lhe fara outro paguamento conforme a obra que tener feita e elle empresor sera obrjgado Ao tempo da tall paga emtregar ao moesteiro todos os cader-nos que tener feytos que seJam de Reçeber pera ffazer outro numero de quinhentos bryvyayros E avendo algũs cadernos que nom seJam de Reçeber que elle yoham aluarez seJa obryguado a os fazer bons e de Reçeber ha sua custa e nom ho fazendo que lhe paguaram menos / [f. 81] o que se montar em outros tantos bryuyayros quamtos ouuer de dimynuyçam e o conuento nom seJa obrjguado de lhe tomar maes bryuyayros do que perfeitamente forem acabados e emmendados ate numero de quinhentos e creçendo algũs lhe tomaram ate quinze ou vynte pelo preço em que sayrem os outros ,

E primeiro que comecy de proseguyr a obra deste bryuyayro sera obryguado elle empresor de fazer hũ caderno de preto e vermelho e manda llo

amostrar Ao dito *padre* gerall pera ver se lhe *contenta* a dita *empresam* asy no papel como no maes pera *perfeyçam* da obra e vendo que he boa e de Reçeber *entam* *proseguyra* a dita obra

e nom sendo de Reçeber e a seu *contentamento* delle *padre* gerall que *entam* nom *prosygujra* a dita obra nem serão obriguados a Reçeber nem pagar o custo que tener feyto antes elle *empressor* tornara os ditos vynte cruzados que asy Reçebeo em paz e em saluo ao dito *moesteiro* pera o que obryga seus bens e fazenda e se desafora de qualquer Juiz de seu fforo e se obriga Responder perante qualquer Juiz que ho *conuento* maes o *quiser* demandar e disse elle *empresor* que mandando elle a folha pera se *emmen-*dar do dia lha *daram* *emmendada* a *primeira* dentro em duas oras E a segun- da dentro de hũa ora e mandando ap[os ?] lhe sera dada a outro dia [...] e porque disto aprouue a *amb[os as ditas]* / [f. 81v] partes mandaram ser feito este contrato que se obryguaram *comprir* e que pera a dita obra elle o *empressor* pora o papel e tintas de vermelho e preto e todo ho maes sem o *conuento* ser obrigado a lhe dar maes que pagar o *dinheiro* como dito he .ss. tres reaaes por cada caderno

e ele *empressor* sera maes obrigado a ffazer hũa *estampa* de hũa cruz na *primeira* ffolha com os maes debuxos digo conforme Ao debuxo que lhe derem e asy metera no bryuyayro quaesquer ymagens que lhe mandarem por se as tener

testemunhas que foram presentes o *Licenciado* symam diaz ffysyco do dito *moesteiro* e o *Licenciado* christouam yoam ffilho do dito *empresor* e eu symam de figueiro ppubrico espriuam do dito *moesteiro* que ho spreui

- a) Dom Manuel Prior de Santa Cruz
- b) Joham alluarez 1565
- c) Christouão João
- d) Symão diaz

Fontes e bibliografia

Fontes manuscritas

Arquivo da Universidade de Coimbra [Coimbra]. (1565, dezembro, 29). *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, Depósito III, Secção 1ª D, Estante 10, Tabela 2, N.º 14.

Arquivo Nacional Torre do Tombo [Lisboa]. (1567). *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique. Privilégios*, Livro 5.

Referências bibliográficas

- Anselmo, A. J. (1977). *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI* (Fac-símile da ed. de 1926). Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional.
- Armstrong, E. (1990). *Before copyright: The French book-privilege system, 1498-1526*. Cambridge University Press.
- Bandeira, A. M. L. (1995). Contrato com António de Mariz para impressão da obra do P.^e Sebastião Barradas – Um caso de parceria de edição em 1597. *Cadernos BAD*, 3, 45-51.
- Baudrier, H. (1912). *Bibliographie lyonnaise: Recherches sur le imprimeurs, libraires, relieurs et fondeurs de lettres de Lyon au XVI^e siècle* (vol. 9). L. Brun.
- Brito, G. de. (1911). *Notícia de livreiros e impressores de Lisboa na 2^a metade do século XVI*. Imprensa Libânio da Silva.
- Carvalho, J. M. de. (1868). *Apointamentos para a história contemporânea*. Imprensa da Universidade.
- Chartier, R., & Martin, H. J. (Dirs.). (1982). *Histoire de l'édition Française* (Tome I). *Le livre conquérant: Du Moyen Âge au milieu du XVII^e siècle*. Fayard / Cercle de la Librairie.
- Deslandes, V. (1888). *Documentos para a historia da tipografia portuguesa nos séculos XVI e XVII*. Imprensa Nacional.
- Dias, J. J. A. (2020). *In Principio*. Outra perspetiva.
- Dias, J. J. A., Marques, A. H. O., & Rodrigues, T. F. (1987). *Álbum de Paleografia*. Estampa.
- Fonseca, F. (2001). A Imprensa da Universidade no período de 1537-1772. In F. T. da Fonseca (Coord.), *Imprensa da Universidade de Coimbra: Uma história dentro da História* (pp. 7-52). Imprensa da Universidade.
- Fonseca, J. (2019). *Os livreiros de Lisboa nos séculos XVI e XVII: Estratégias económicas, sociais e familiares*. Edições Colibri.
- Gonçalves, J. J. (2016). Subsídios para a história do livro impresso em Portugal: um documento do Arquivo Distrital do Porto (1624). *População e Sociedade*, 25, 121-131.
- Madahil, A. G. R. (1945). A crónica do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, de D. Timóteo dos Mártires. *O Instituto*, 106, 28-70.
- Meirinhos, J. F. (2001). A tipografia de Santa Cruz: 1530-1563. In *Santa Cruz de Coimbra: A cultura portuguesa aberta à europa na Idade Média* [catálogo de exposição, pp. 319-327]. Biblioteca Pública Municipal do Porto.
- Paiva, J. P. (2007). Bispos, imprensa, livro e censura no Portugal de Quinhentos. *Revista de História das Ideias*, 28, 687-737.
- Pedraza Gracia, M. J. (2015). La función del editor en el libro del siglo XVI. *Titivillus*, 1, 211-226.
- Pedraza Gracia, M. J. (2019). Puesta al día y nuevas reflexiones sobre el libro y su editor y el editor y su libro en el siglo XVI. *Anales de Documentación*, 22 (1), 1-14. <https://revistas.um.es/analesdoc/article/view/356811>.
- Pedro, C. M. L. S. O. (2018). *Sixteenth-century Print Culture in the Kingdom of Portugal. A study on typographical specimens used in the printing houses of João de Barreira and João Álvares* [Tese de Doutoramento]. Universidade do Porto. Repositório Aberto Universidade Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/115283>.
- Peixoto, J. (1966). Os privilégios para a impressão de livros em Portugal durante o século XVI. *Gutenberg-Jahrbuch*, 41, 265-272.

- Perrier, M. (2015). *Thibaud Payen, imprimeur lyonnais du XVI^e siècle, les premières années: 1530-1545* [Dissertação de Mestrado]. Université de Lyon. ENSSIB: École Nationale Supérieure des Sciences de l'Information et des Bibliothèques. <https://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/documents/65992-thibaud-payen-imprimeur-lyonnais-du-xvie-siecle-les-premieres-annees-1530-1545.pdf>.
- Ribeiro, J. P. (1857). *Dissertações chronologicas e criticas sobre a Historia e Jurisprudencia Ecclesiastica e Civil de Portugal* (Tomo II). Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa.
- Rodrigues, G. A. (1980). *Breve história da censura literária em Portugal*. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- Seiça, A. M. (2017). Livros de cantochão da Sé de Coimbra na reforma pós-tridentina: Notas sobre o contexto de realização de um fundo litúrgico-musical quase desconhecido. *Revista Portuguesa de Musicologia*, 4(2), 247-272.
- Silva, I. F. da. (1883). *Diccionario bibliographico portuguez: Estudos applicaveis a Portugal e ao Brazil* [Vol. 10, Terceiro do suplemento, H-J, continuados e ampliados por Brito Aranha]. Imprensa Nacional.
- Simões, R. M. S. G. (2019). *Uma oficina tipográfica na Europa de Quinhentos: OS Giunta de Lyon. Estudo de dois exemplares desta oficina existente em Portugal* [Dissertação de Mestrado]. Universidade de Coimbra. Estudo Geral: Repositório Científico da UC. <https://hdl.handle.net/10316/86759>.
- Torres Pérez, J. M. (2007). Juan Pedro Musete, mercader de libros, en Medina del Campo. *Revista General de Información y Documentación*, 17(1), 81-94.

